

37º Encontro Anual da ANPOCS

ST01 - Desenvolvimento: debate contemporâneo, experiências e projetos

DESIGUALDADES REGIONAIS NO BRASIL – 1991-2010

Gilmar Ribeiro dos Santos (UNIMONTES)
Raíssa Cota Pales (UNIMONTES)
Sílvia Gomes Rodrigues (UNIMONTES)

Montes Claros - MG
Agosto de 2013

DESIGUALDADES REGIONAIS NO BRASIL – 1991-2010¹

Gilmar Ribeiro dos Santos²
Raíssa Cota Pales³
Sílvia Gomes Rodrigues⁴

1. INTRODUÇÃO

As disparidades socioeconômicas entre as regiões brasileiras são marcas profundas do desenvolvimento no país. Muitos autores tentaram explicar a falta de homogeneidade do desenvolvimento das regiões ao longo da nossa história recente. Durante o século XX, as discussões acerca da “Questão regional” no Brasil, foram fortalecidas. Em meados deste século ocorreram diversas pressões regionais como consequência das seguidas secas na região nordestina.

O incremento da industrialização significou uma mudança estrutural no setor produtivo, pois o país passou de exclusivamente primário exportador para uma produção de base industrial. As mudanças decorrentes da industrialização acentuaram as desigualdades sociais e regionais. Estas se refletiram na expectativa de vida, mortalidade infantil, analfabetismo, enfim, nas condições de vida da população brasileira. As especificidades estruturais da concentração de renda no capitalismo e o baixo fluxo de investimentos em algumas regiões em detrimento de outras, agravaram ainda mais a concentração de riquezas no Sul-sudeste.

Os desequilíbrios regionais em cada país são agravados, em grande parte, pelos investimentos padronizados da indústria juntamente com políticas focadas somente na esfera econômica. No Brasil não foi diferente. Somente o poder público pode amenizar as desigualdades sociais e regionais. Em curtos espaços de tempo o Estado brasileiro conseguiu reduzir as desigualdades regionais, mas, a descontinuidade destas políticas

¹ Os autores agradecem a FAPEMIG pelo apoio financeiro ao Projeto de Pesquisa Reestruturação Produtiva na Produção de Carvão Vegetal no Norte de Minas Gerais.

² Professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros e bolsista de produtividade em pesquisa pela fapemig

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros.

⁴ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros.

possibilitaram o retorno da lógica da concentração das riquezas nas regiões mais dinâmicas.

O objetivo deste artigo é comparar alguns dados socioeconômicos das cinco grandes regiões brasileiras com o intuito de verificar a possível emergência de um novo momento do desenvolvimento regional no Brasil, a partir do início deste século. Para Bacelar (2000) o período de abandono das políticas regionais se encerrou no fim do governo Fernando Henrique Cardoso. A autora vai mais longe e aponta o surgimento de um novo ciclo virtuoso do desenvolvimento regional, ou seja, o retorno do processo de desconcentração dos investimentos no Sul-Sudeste, com a posse do governo Lula, em 2002.

Passados pouco mais de dez anos é um momento propício para verificarmos a pertinência desta tese. Inicialmente apresentamos as discussões mais importantes sobre as discrepâncias existentes entre as regiões brasileiras, especialmente nos extremos Sul-Sudeste em relação ao Norte-Nordeste. Sendo assim, vieram a baila autores como Celso Furtado, Tânia Bacelar, Wilson Cano, dentre outros importantes nomes nos debates sobre a questão regional no Brasil.

A questão central a ser respondida não é se houve ou não um conjunto de políticas socioeconômicas direcionadas para a reversão da concentração regional do desenvolvimento no país, mas sim, se os dados indicam o surgimento de mais um momento de desconcentração do desenvolvimento nas regiões Sul-Sudeste em função do favorecimento das outras.

Na tentativa de responder esta questão utilizamos, principalmente, os dados do Censo do IBGE nos anos de 1991, 2000 e 2010. Utilizamos também alguns dados do IDHM do PNUD, ferramenta importante para a análise desagregada dos dados de esperança de vida ao nascer, educação e renda, por municípios.

2. A QUESTÃO REGIONAL NO BRASIL

Através da industrialização, os países centrais conseguiram incrementar e consolidar seus processos de desenvolvimento. Nos países periféricos a industrialização ocorreu de forma distinta em relação aos países centrais. Segundo Furtado (1974), enquanto no capitalismo cêntrico a acumulação de capital foi consequência da produção

de novas mercadorias e da elevação dos salários, com relativa equidade na distribuição da renda funcional e social, nos países periféricos a industrialização gerou crescente concentração de renda, onde apenas uma minoria pode reproduzir o padrão de consumo dos países centrais.

A industrialização impactou de forma distinta os países do centro e da periferia, “a divisão internacional do trabalho provocou, desde os primeiros estágios do capitalismo industrial, efeitos diferenciados nas economias das duas regiões [centrais e periferias], fazendo com que ambas se distanciassem crescentemente em termos de estágio de desenvolvimento” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.16).

Entretanto, “é mais importante o fosso que a atual orientação de desenvolvimento cria dentro dos países periféricos do que o outro fosso que existe entre estes e o centro” (FURTADO, 1974, p.72). Pois apenas uma minoria da população dos países periféricos reproduz o padrão de vida dos países cêntricos, a grande maioria da população vive apenas com o mínimo vital. O processo de industrialização tem fracassado na tentativa de realizar uma transformação radical deste cenário.

O desenvolvimento ao longo da história do Brasil e principalmente a partir da industrialização tem provocado condições acentuadas de desigualdades socioeconômicas e também regionais. Tais desigualdades são percebidas em todos os diagnósticos nacionais, mesmo que de forma indireta, através de variáveis como esperança de vida, mortalidade infantil, analfabetismo, dentre outros. Isso se deve, além das especificidades estruturais da concentração de renda no capitalismo, ao reduzido fluxo de investimentos em algumas regiões em detrimento de outras. (FURTADO, 1974). Dessa forma, as desigualdades regionais em cada país são agravadas, na maioria das vezes, pelos investimentos padronizados da indústria juntamente com políticas focadas exclusivamente na esfera econômica.

Nesta perspectiva, para Cano (1995), a constatação das desigualdades regionais deve ir além do levantamento de indicadores baseados em renda *per capita*, concentração industrial, indicadores da saúde, escolaridade, dentre outros. É necessária, a qualificação e indagação dos seus instrumentos de medidas, suas diferenças naturais e seus processos históricos.

A dimensão continental do Brasil, sua diversidade geográfica e regional de climas, solos e outros recursos naturais já lhe confere grande especificidade, não só quando comparado com outros países da América Latina. Essa mesma dimensão continental lhe confere ainda

outras especificidades referentes ao mercado interno, grau de abertura da economia etc.(CANO, 1995, p.159).

O desenvolvimento regional no Brasil passa necessariamente por algumas especificidades, mas também pela questão mais ampla da maneira como o capitalismo se inseriu em cada uma delas, muito tardiamente e/ou de forma débil em algumas e de forma pioneira e consistente em outras. Desse modo, o “atraso” de determinadas regiões assim como o avanço de outras está ligado também ao tempo cronológico e histórico.

A sociedade brasileira apresenta profundas desigualdades estruturais, as quais não podem ser removidas numa suposta “etapa do desenvolvimento”. Essas regiões carecem de profundas reformas econômicas e sociais para que possam ser trazidas ao tempo “atual” e inseridas num processo de produção capitalista mais dinâmico. As desigualdades regionais presentes no Brasil são marcas de uma antiga herança colonial. Ainda persistem velhos enclaves econômicos de baixa produtividade, muitos regrediram no tempo ou foram escassamente explorados, noutros ainda persiste um difícil acesso exploratório, exemplo da floresta amazônica (CANO, 1995).

A colonização predatória implantada pelos portugueses no Brasil criou uma concentração de investimentos e conseqüentemente um adensamento populacional em determinadas regiões. A exploração do Pau Brasil, a plantação de cana-de-açúcar e a exploração do ouro e pedras preciosas são exemplos de uma ocupação baseada nos interesses do colonizador. A Amazônia e o sertão nordestino são exemplos de regiões abandonadas deste então, a primeira pelas dificuldades de acesso e a segunda pela ausência de riquezas fáceis.

No Centro-Oeste e no Nordeste, regiões formadas por campos e florestas, parte destas estava praticamente inexplorada, e outra excessivamente explorada por antigas e débeis economias de extrativismo. Apenas uma pequena parte sofrera uma inserção mais avançada com a economia da borracha, no fim do século XIX e início do século XX. A falta de interesse do capital assim como a precariedade da estrutura social e econômica interna impossibilitou um desenvolvimento significativo dessas regiões.

A economia camponesa do sul teve alto grau de equidade distributiva, mas apresentava baixa inserção nos mercados consumidores da economia cafeeira e precária inserção no mercado internacional. A economia nordestina com a produção do açúcar, primeiro e, posteriormente, com o algodão obteve uma inserção no mercado cafeeiro que

se industrializava, mas tinha sua mais importante inserção no mercado internacional, contudo, vendia suas commodities (açúcar e algodão) a preços nada vantajosos.

Já, a economia cafeeira, especialmente a de São Paulo, teve maior importância na inserção internacional. Esta se destacou, pois estruturou um processo endógeno e exógeno de acumulação, permitindo-lhe modificar internamente sua estrutura produtiva e avançar na montagem da industrialização. Todo este processo possibilitou a emergência de uma precoce concentração industrial em São Paulo.

Dessa forma, as disparidades regionais no Brasil são produto de processos históricos que antecedem a industrialização e a própria integração do mercado nacional, fenômeno que se daria a partir da recuperação à crise de 1929. A profunda depressão do setor externo brasileiro colocaria a economia em regressão, que foi evitada por uma clara opção política pela industrialização, “o modelo voltado para dentro” (CANO, 1995, P.160).

Segundo Cano (1995), a concentração industrial em São Paulo, chegou a seu ponto máximo no início da década de 1970. A partir de então ocorreram mudanças na política de desenvolvimento regional, a qual passou a ser fortemente revigorada, com a descentralização de pesados investimentos públicos e alguns privados.

A estrutura industrial brasileira demandava a instalação de uma nova e ampla base produtiva de insumos básicos, ao mesmo tempo em que o mercado internacional de mercadorias e de capitais comportava algumas brechas promissoras para a exportação de aço, minerais não-metálicos semi transformados e alguns produtos químicos. Algumas destas oportunidades puderam se materializar na periferia brasileira, de forma significativa na região nordeste, permitindo uma maior articulação da indústria regional com aquela concentrada em São Paulo. Segundo Cano (1995), após a década de 1930, a integração do mercado nacional trouxe benefícios para as regiões menos desenvolvidas, reduzindo o fosso entre São Paulo e o resto do país.

Mesmo com o aumento da renda *per capita* nas regiões menos desenvolvidas, as desigualdades regionais persistiram. O aumento de renda esconde o drama das maciças migrações do Nordeste e de parte de Minas Gerais, a concentração de terras, a violência contra os sertanejos no campo e demais consequências acarretadas pelo desenvolvimento concentrado no eixo sul-sudeste.

Durante a segunda metade do século XX foi expandida a fronteira produtiva para o Centro-Oeste e parte da Amazônia, mas sempre com o mecanismo das grandes

propriedades agropecuárias. Completamos mais de quinhentos anos sem uma reforma agrária de fato. Nosso modelo de modernização passa necessariamente pela urbanização sem limites. Os trabalhadores expulsos do campo no Nordeste, seja pela seca ou pelo latifúndio, não ocuparam os vazios demográficos nem do Centro-Oeste nem da Amazônia, foram para as periferias dos grandes centros urbanos.

O debate em torno da “questão regional” ganhou força no Brasil no séc.XX, mais precisamente em meados da década de 1950, em função de mudanças ocorridas nesse período, inclusive como consequência de políticas adotadas no governo JK.

Nesse momento, o Brasil passou de um país quase que exclusivamente primário exportador para um país de base industrial expressiva. Dessa forma, o mercado interno passou a comandar a dinâmica econômica do país. “Até essa data, a questão regional estava parcialmente circunscrita – no âmbito do discurso político e da tomada de decisões – às chamadas medidas de combate às secas do Nordeste” (CANO, 2000, p.102-103).

Nessa transformação ocorrida no Brasil, as relações comerciais antes realizadas predominantemente com o exterior, passaram em parte, a serem articuladas entre as regiões do país. Essas relações ficaram cada vez mais intensas entre elas, surgindo, nesta ocasião, a chamada “questão regional” brasileira. Nesse momento, as diferenciações regionais ficaram mais aparentes, evidenciando a heterogeneidade das dinâmicas das regiões brasileiras, principalmente quando se comparava o desempenho da região sudeste com o nordeste brasileiro.

A questão regional brasileira pode ser distinguida em três momentos, o primeiro que vai da década de 1920 até início de 1970, período este, como já foi dito, que a chamada “questão regional” ganhou força; de 1970 a meados de 1980, momento de uma modesta desconcentração no Brasil e a partir de 1990, momento em que o Estado centra sua atividade na esfera financeira e a “questão regional” é deixada em segundo plano.

No Brasil, de 1920 a 1970 a produção industrial dominou a dinâmica regional, esta produção por sua vez tendeu a se localizar com mais vigor na região sudeste, principalmente em SP. Dessa forma, “a intensificação das relações entre a principal região industrial do país e as outras tem, inicialmente, um impacto negativo na maioria das regiões e vai definir o que se chamara de ‘questão regional’ (BACELAR, 2000, p. 74). A consequência desse processo é a tendência a concentração de capital nas regiões mais dinâmicas do país.

Nessa perspectiva, a política de industrialização adotada no governo de Juscelino Kubitschek foi muito eficaz quando se pensa no todo nacional, mas analisando sob a ótica da questão regional foi ampliadora das desigualdades regionais (BACELAR, 2000). Nessa perspectiva, Cano (2000, p. 104) reforça que,

ficava cada vez mais claro que os desequilíbrios regionais tendiam a se acentuar e que poderiam aumentar, diante dos maciços investimentos em infra-estrutura e em indústria pesada decorrentes do Programa de Metas, que se concentravam principalmente em São Paulo, e isto desencadeava pressões políticas das demais regiões, reclamando tratamento prioritário de desenvolvimento.

Nesse período, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) desenvolveu um relatório, escrito por Celso Furtado, onde se diagnosticou os problemas da região nordeste e também colocou as diretrizes que deviam ser tomadas para solucionar os problemas. Esse relatório, feito em 1958, foi a primeira interpretação sobre as desigualdades regionais no Brasil. Nesse relatório, Furtado nos apresenta também dados empíricos que demonstram a discrepância entre o Norte-Nordeste e o Sul-Sudeste do país, assim como as causas e as saídas dos problemas nordestinos.

Para se fazer políticas adequadas é preciso fazer uma análise mais fina e mais profunda das regiões do Brasil. Realizar uma observação em escala macrorregional é cada vez mais insuficiente para se ter dimensão do problema a ser enfrentado. Como exemplo, podemos citar o caso de Minas Gerais, onde se encontra neste Estado regiões altamente dinamizadas economicamente, como é o caso da região Central e regiões menos desenvolvidas, como o Vale do Jequitinhonha e Mucuri. Contudo, isso não acontece apenas em Minas Gerais, em vários outros Estados vê-se a mesma situação. Minas Gerais, no entanto, é um retrato-síntese do Brasil, pois representa a heterogeneidade observada no país.

Essa heterogeneidade contém uma mudança importante que, na minha visão, pode estar redefinindo o que se está chamando de “questão regional”. Vamos ter questões regionais em várias macrorregiões do Brasil. Não vai dar mais para discutir somente na escala macrorregional. A grande questão regional brasileira é o Nordeste, como a gente dizia nos anos 50? Não é. Há questões regionais importantes nas outras regiões, como no extremo sul do Rio Grande do Sul (BACELAR, 2000. p.88).

Contudo, o foco principal nesse artigo, são as discrepâncias entre as regiões brasileiras, principalmente no que se referem ao Nordeste quando comparado a região Centro-Oeste. Dessa forma, pretendemos expor, a luz das discussões de Celso Furtado, Tânia Bacelar, Wilson Cano, dentro outros autores, algumas análises sobre a questão regional no Brasil.

A interpretação inicial da teoria sobre as desigualdades regionais no Brasil, e provavelmente na América Latina, foi elaborada na década de 1950, através do relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), escrito por Furtado, em 1958.

O relatório do GTDN expõe, resumidamente, os problemas do Nordeste no quadro do desenvolvimento econômico do Brasil, além de enumerar dez diretrizes a serem implantadas para a modificação desta realidade. Dentre as dez diretrizes, Furtado enfatizou a industrialização como principal mecanismo para a solução dos problemas do Nordeste. Porém, posteriormente, ele pôde constatar que apesar da industrialização ter dinamizado a economia nordestina, os principais problemas daquela região não foram solucionados.

Celso Furtado defendia também a reforma agrária como medida crucial para solucionar os problemas do Nordeste, pois ela desconcentraria a propriedade da terra e conseqüentemente parte da renda regional. A reforma agrária deveria ser acompanhada por projetos de irrigação direcionados para pequenos e médios produtores, pois, segundo ele, caso ocorresse irrigação para favorecer a concentração de renda, o problema social ficaria de pé, sendo assim, a irrigação teria de ser feita com o controle do uso do solo que permitisse uma divisão de renda (FURTADO, 1998). Tudo isso, segundo Celso Furtado, teria de ser combinado a instalação de pequenas indústrias que fossem de encontro as especificidades do Nordeste, pois segundo Furtado (1998, p.48) “se você conseguiu empregar muito mais gente, vai elevar os salários. E essa elevação corrige a tendência à concentração excessiva de renda”.

Nesse contexto, a proposta mais transformadora de Celso Furtado consistia na reforma política, onde ele dizia que deveria se mexer nas estruturas, caso contrário as discrepâncias nacionais não seriam diluídas.

As disparidades nos níveis de renda é um exemplo desta dicotomia, uma vez que a renda média do nordestino, já na década de 1950, era menos de um terço da renda do habitante do Centro-Sul. Ainda pesa o fato de esta região ter alta concentração de

renda e alta desigualdade nos níveis de vida da população. A disparidade regional dos ritmos de crescimento é ainda um dos principais problemas econômicos da sociedade brasileira.

Os fundamentos históricos da colonização regional são determinantes na discrepância social da região nordestina. Aspectos históricos são fundamentais para analisar a realidade da região Nordeste e evidenciar seu desenvolvimento inferior em relação à região Centro-Sul. A empresa agrícola exportadora se baseava no trabalho escravo. A economia exportadora criou sua própria periferia no interior, a ela subordinada e dependente. A organização da fazenda do semi-árido se baseava no controle da terra e na criação de uma população camponesa sem terra e sem salário. Os trabalhadores produziam na “meia” as culturas de exportação para os fazendeiros, em compensação, utilizavam a terra para a produção da própria subsistência. Estes aspectos persistiram na região Nordeste por séculos e impediu o processo de modernização. As secas constantes atingiam exatamente a produção de alimentos, levando a população camponesa a um quadro recorrente de miséria, fome e migração. Mesmo com a efetivação de medidas contra as secas, não houve mudanças significativas do quadro estrutural, pois a construção de açudes beneficiou somente a pecuária (DINIZ, 2001).

Historicamente, as regiões brasileiras trazem marcas das diversidades culturais e de estruturas econômicas diferenciadas. As teorias da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina), sobre o hiato entre as nações ricas e pobres, serviram de grande influência entre pessoas e instituições na busca por técnicas de planejamento, ou soluções para seus problemas, impulsionando a elaboração de muitos planos de desenvolvimento regional (CANO, 2000).

No século XIX, no Brasil, diversos movimentos pressionavam o Governo para o combate as grandes secas na região nordeste, estas pressões favoreceram a construção de açudes, estradas, criação de vários órgãos e, alteração na redação da Constituição Federal de 1946, reintroduzindo a obrigatoriedade de vincular 3% da receita federal ao combate às secas do Nordeste. Segundo Cano (2000), as secas de 1951, 1953 e, principalmente, a de 1958 foram importantes na tomada de consciência dos problemas do nordeste. O aumento considerável do número de “retirantes” nordestinos, se deslocando para outras regiões em busca de sobrevivência teve grande importância para a tomada de decisões políticas sobre a “questão regional”.

No entanto, além das secas, outros fatos foram favoráveis a estas pressões. No início da década de 1950, foram divulgadas as contas nacionais e regionais do Brasil, as quais traziam dados relevantes sobre as desigualdades das rendas regionais. Os censos industriais de 1919 e de 1949 demonstravam que as taxas médias anuais de crescimento industrial estavam concentradas em São Paulo, onde estava entre 50% e 70% do valor adicionado pelas indústrias produtoras de bens de produção. As desigualdades regionais tendiam a se acentuarem, mediante os maciços investimentos em infra-estrutura e indústria pesada do Programa de Metas, concentrados principalmente em São Paulo. Pressões políticas foram desencadeadas e se alastraram pelas demais regiões, reivindicando tratamento prioritário ao desenvolvimento do nordeste, assim o arcabouço institucional de apoio regional não se limitou a região. (CANO, 2000).

Bacelar (2000) corrobora a afirmação de ter sido na década de 1950 a exacerbação das discussões sobre a questão regional no Brasil. Naquele momento essa questão apresentou-se com maior ímpeto, sendo a região Nordeste líder desse debate. A região estava sofrendo os impactos da intensificação da concorrência inter-regional, concomitante a uma das maiores secas já vividas pelo Nordeste. A Zona da Mata nordestina estava passando por um processo também muito importante, que era a expulsão dos “moradores” para as periferias das cidades, o que fomentou um movimento social muito intenso naquele momento. Neste contexto, a tensão social estava instalada nas diversas partes da região: no semi-árido, na zona da mata e nos centros industriais, onde estava a indústria têxtil.

De 1970 até os anos de 1980 esta situação se modifica. Nesse momento “tem-se um fato novo importante, e aquele processo intenso de concentração, portanto de exacerbação da questão regional, se atenua. Começa-se a viver uma tendência à desconcentração. Os dados estatísticos mostram o fenômeno com clareza. Ocorrendo uma desconcentração da base agrícola e industrial do país (BACELAR, 2000). Assim, não se trata mais de produzir apenas no Sudeste, principalmente no estado de São Paulo, e vender para o restante do Brasil, e sim de produzir, mesmo que uma pequena parte dos produtos, nas diversas regiões brasileiras.

Nos anos 90, de acordo com Bacelar (2000), essa realidade começou a ser reconfigurada, em decorrência da crise do setor público as desigualdades regionais se intensificam novamente. O Estado, neste momento, centraliza sua intervenção na esfera financeira, enquanto a questão regional é vista a partir da dinâmica da esfera produtiva. A

política de abertura da economia do país, a abertura financeira e a abertura comercial geraram resultados diferenciados nas regiões brasileiras. Exemplo dessa realidade foi a perda, da região Nordeste, de mais de cinco pontos percentuais no que se refere ao PIB, quando o Brasil se abriu ao mercado externo. As exportações nordestinas caíram no quesito competitividade e a região perdeu importância relativa no valor das exportações do país (BACELAR, 2000.)

Macropolíticas continuarão a ter impactos diferenciados, uma vez que as regiões brasileiras são muito distintas entre si. Para Bacelar (2000), os investimentos do Estado, até a década de 1990, ainda se encontravam nas áreas mais dinâmicas destas regiões, enquanto as áreas não-dinâmicas estavam abandonadas. Desse modo, as áreas dinâmicas do país contavam, tinham apoio, alguns projetos, em contrapartida, as áreas não-dinâmicas estavam praticamente abandonadas.

3. EXISTE UM QUARTO MOMENTO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL?

A adesão ao neoliberalismo custou muito caro à população brasileira. As duas últimas décadas do século passado foram décadas praticamente perdidas em termos de combate às desigualdades sociais e regionais no Brasil. O controle da inflação, a lei de responsabilidade fiscal, o início do processo da modernização da máquina pública, assim como a implementação de políticas de transferência de renda, foram fatores decisivos para uma pequena reversão do quadro de ampliação destas desigualdades, no final da década de 1990.

A despeito de um ou outro partido político, podemos constatar mudanças importantes no desenvolvimento regional brasileiro neste início de século. Se as mesmas foram possíveis em função de medidas tomadas no governo do PSDB no final a partir de 1994 não é possível saber. Como a coruja de Minerva em Hegel, também as ciências sociais não podem repetir a história em laboratório para verificar a pertinência de determinadas teses.

Como vimos, o desequilíbrio regional é histórico e perpassa pelos interesses do capital, assim como das elites dirigentes em determinadas regiões. Algumas indagações estão na ordem do dia entre pesquisadores e gestores brasileiros. Dentre elas se destaca a possibilidade da sustentação das políticas de desenvolvimento em vigor no país, o qual

passa por um tímido, mas persistente enfoque regional. Seguindo o raciocínio de Bacelar (2000) estaríamos, desde o ano 2002 em um novo período do desenvolvimento regional no Brasil. Passado uma década é possível confirmar através dos dados esta afirmação? Existe de fato “uma trajetória de crescimento do país em novas bases”, um enfoque regional que justifique considerar este como um novo momento?

4. ANÁLISE DE ALGUNS INDICADORES SOCIOECÔNICOS POR REGIÃO

Selecionamos alguns indicadores socioeconômicos para conferir a existência ou não de uma possível reversão do quadro de desigualdades regionais entre as grandes regiões brasileiras. Como não são muitos os dados passíveis de comparação entre as regiões, trabalhamos com dados dos Censos de 1991, 2000 e 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); do DataSus e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Foram relacionadas variáveis com informações diretas como analfabetismo e variáveis com informações indiretas de qualidade de vida como a esperança de vida ao nascer. A renda *per capita* foi analisada em separado para obtermos uma mensuração econômica tradicional, mas ela também é um dos componentes do IDHM, também analisado. O IDHM permite uma incursão visual no mapa do Brasil, estratificado por municípios, unidade importante para melhor compreendermos as desigualdades regionais.

4.1. Analfabetismo

O analfabetismo é um indicador de desenvolvimento social, de condições de vida e de exclusão social, na atualidade. A inserção dos indivíduos na atividade produtiva, no acesso ao conhecimento de forma geral, na ciência, arte, dentre outros, passa necessariamente pela alfabetização. Na segunda metade do século passado a alfabetização das massas era uma necessidade do capital para ampliar o contingente de trabalhadores, principalmente na indústria. No entanto, atualmente é um fator de inclusão

social imprescindível para o país como um todo. Setores importantes da economia, como o setor bancário, já enxergam as altas taxas de analfabetismo no Brasil como um obstáculo para a ampliação do auto-atendimento e conseqüentemente, para ampliação de sua lucratividade.

O bem estar em uma sociedade letrada e informatizada passa pela alfabetização de seus componentes. Mais de quarenta países no mundo possuem um por cento ou menos de analfabetos. No Brasil a média nacional de analfabetismo, de acordo com o censo do IBGE de 2010, era de 9,7%. Em comparação com outros países, mesmo da América do Sul, nossa média é muito alta, no entanto, ela esconde uma situação ainda mais preocupante em termos regionais. Enquanto na região Sul a média de analfabetismo era de 4,9% no Nordeste era de 18,5% em 2010.

TABELA 1
Analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais

Macrorregião	1991	2000	2010
Nordeste	36,55%	24,79%	18,54%
Norte	23,97%	15,57%	11,12%
Centro-Oeste	15,96%	10,06%	6,99%
Sudeste	11,7%	7,58%	5,28%
Sul	11,2%	7,15%	4,95%
Média Brasil	19,33%	12,84%	9,7%

Fonte: DataSus, através de dados disponíveis nos censos 1991, 2000, 2010, realizados pelo IBGE.

A Tabela1 apresenta em percentuais as discrepâncias entre o Norte-Nordeste e o Sul-Sudeste do Brasil. A taxa de analfabetismo na macrorregião Nordeste, em 2010, era de 18,54%, ao passo que as macrorregiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste possuíam baixas taxas de analfabetismo, não ultrapassando 7% de analfabetos, aquém da média nacional de 9,7%, e a menor, 4,95% na região Sul.

A série histórica também é importante, pois demonstra a persistência das diferenças regionais no que diz respeito à alfabetização. Em 1991 a taxa de analfabetismo

nas regiões Sul e Sudeste, 11,2% e 11,7%; respectivamente, já era muito aquém da taxa verificada em 2010 do Nordeste brasileiro.

Houve uma redução no percentual de analfabetos entre 1991 e 2010, em todas as regiões brasileiras, porém as diferenças regionais, ainda acentuadas. Na média nacional, o analfabetismo caiu cerca de 10% entre 1991 e 2010, enquanto região na região Nordeste diminuiu, nesse período, aproximadamente 20%. Mesmo assim, o desequilíbrio entre as regiões brasileiras persiste. O percentual de analfabetos no Nordeste é equivalente ao analfabetismo em alguns países africanos.

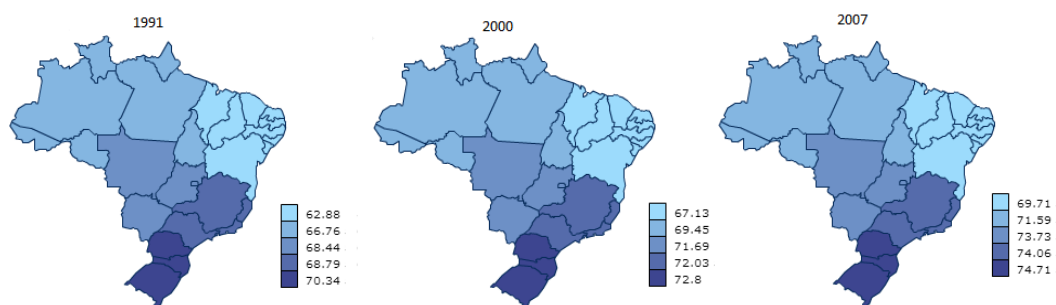
O desequilíbrio regional ainda salta aos olhos ao analisarmos os dados da educação no país. Alfabetização, anos médios de estudos, percentual de adultos com curso superior, dentre outros, apontam na mesma direção. No ritmo atual estamos longe de conseguir um equilíbrio entre as regiões.

4.2. Esperança de vida ao nascer

Segundo a ONU, no período entre 2005 e 2010, entre os 198 países relacionados na análise, a maior esperança de vida ao nascer estava no Japão, 82,73 anos, e a menor, 45,91 anos, na República Centro-Africana. O Brasil ocupava o 103º posto, com uma esperança de vida ao nascer de 75,04 anos. A esperança de vida ao nascer também é um indicador de condições de vida de uma população de forma geral. Com os avanços científicos dos últimos séculos, de forma geral, a humanidade tem vivido mais e com melhor saúde. Quanto melhor a assistência médica, a saúde, a alimentação, a educação, dentre outras variáveis, mais e melhor vivem os membros de uma comunidade.

A esperança de vida ao nascer é um dos três componentes do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Inicialmente elaborado para mensurar as condições de vida além da renda *per capita*, visando comparações entre países diferentes, hoje é uma ferramenta importante de planejamento e intervenção até mesmo no âmbito municipal. Como o analfabetismo em termos de educação, a esperança de vida ao nascer é capaz de evidenciar comparativamente a situação das regiões brasileiras em termos de condições de vida.

FIGURA 1
Esperança de vida ao nascer - idade



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2000, Contagem da População 2007 e Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050 – Revisão 2008, pp. 35.

Na Figura 1, observamos, de 1991 à 2010, um aumento do número de anos na esperança de vida ao nascer, em todas as regiões do Brasil. Nesse cenário, no Nordeste se verificou o maior aumento, de sete anos; assim, a esperança de vida ao nascer era, em 1991, de quase 63 anos, e passou, em 2010, para aproximadamente 70 anos. Nas demais regiões brasileiras também houve um aumento, ainda que modesto, na esperança de vida ao nascer. No geral, no Brasil, de 1991 a 2010 houve um aumento em torno de 5 anos.

Vários fatores contribuíram com o aumento da esperança de vida ao nascer no cenário brasileiro, dentre eles, o aumento da renda, da escolaridade, da assistência à saúde, saneamento básico e outros. No entanto, a diferença na esperança de vida ao nascer era aproximadamente de sete anos, entre o Sul e o Nordeste, em 1991 e passou para cinco anos em 2010. Houve um avanço, mas muito lento para um intervalo de vinte anos.

Os mapas contidos na Figura 1 permitem visualizar a espacialidade das assimetrias regionais que perduram desde 1991. Dessa forma, os mapas mostram que apesar da esperança de vida ao nascer ter aumento em todas as regiões brasileiras, principalmente na região Nordeste, o cenário de desigualdades regionais continua o mesmo. O aumento verificado não alterou as discrepâncias regionais de forma significativa no período entre 1991 e 2010.

4.3. Renda *per capita*

A Tabela 2 mostra as disparidades regionais, em relação a renda, no Brasil. O fator industrial, a concentração de atividades econômicas no Centro-Sul do país, explicam, em grande parte, a disparidade de renda entre as macrorregiões brasileiras. Nosso modelo de desenvolvimento é concentrador e reflete em grande parte um círculo vicioso onde os maiores investimentos ocorrem onde se gera mais riqueza que por sua vez se traduz em novos investimentos, tanto privados quanto públicos.

O desenvolvimento das grandes regiões brasileiras desde a consolidação do Brasil enquanto nação, nos anos trinta do século passado, aponta para um desequilíbrio persistente, à quase um século. A Curva de Kuznets não ocorreu neste caso.

Os vícios repetidos por anos a fio onde pobreza gera mais pobreza e riqueza gera mais riqueza nos remete as teorias do crescimento econômico divergente de Myrdal e Hirschmann. No entanto, os dados econômicos devem ser tratados com certa cautela, pois em regiões de imensos territórios e profundas diferenças microrregionais como nas cinco grandes regiões do Brasil, a objetividade dos dados econômicos esconde situações cruciais. O caso de Minas Gerais, citado anteriormente, é um exemplo.

A exposição da renda *per capita* nos anos dos três últimos censos, apresentada na Tabela 2, nos permite aquilatar a evolução da renda nas cinco macrorregiões brasileiras desde 1991. Desde 1991 a ordem de classificação das regiões em termos da renda *per capita* é a mesma, tendo como renda mais baixa o Nordeste, seguido do Norte, Sul, Centro-Oeste e por fim, o Sudeste com a renda mais alta dentre as regiões. A falta de mobilidade em termos de renda, mesmo com o incremento de várias políticas de desenvolvimento regional, em praticamente vinte anos, é ilustrativa.

TABELA 2
Renda Média Domiciliar *Per capita*

Macrorregião	1991	2000	2010
Nordeste	R\$ 178,44	R\$305,06	R\$ 458,63
Norte	R\$ 232,33	R\$356,33	R\$ 494,11
Sul	R\$ 364,19	R\$674,48	R\$ 919,90
Centro-Oeste	R\$ 390,05	R\$679,37	R\$ 935,06
Sudeste	R\$ 469,57	R\$766,40	R\$ 943,34
Brasil	R\$ 348,47	R\$585,94	R\$ 767,02

Fonte: IBGE, censos demográficos

Em 1991, a renda média *per capita* no Nordeste era de R\$ 178,44, muito aquém da renda média *per capita* do Sudeste (R\$ 469,57) e também da média nacional, que era de R\$ 348,47. A renda média *per capita* no sudeste, em 1991 era 163% superior a do Nordeste e a média brasileira era 95% superior. Em 2000, essa realidade pouco mudou, isso porque a diferença entre a renda do Nordeste e do Sudeste ainda era gritante, a renda *per capita* do Sudeste era 151% superior a do Nordeste, e a brasileira, 92% superior a renda *per capita* Nordestina.

Contudo, no período de 2000 a 2010 verifica-se uma profunda mudança na evolução da renda média *per capita* do Nordeste brasileiro. A diferença entre a região Sudeste e a região Nordeste, neste quesito, diminui consideravelmente; em 2010 a renda *per capita* da região Sudeste passou a ser 106% maior do que a região Nordeste e em relação a média brasileira, a renda média *per capita* da região Nordeste era apenas 67% inferior a média brasileira.

Nessa perspectiva, houve uma diminuição considerável no hiato entre o Nordeste e Sudeste e com relação a média brasileira no que se refere a renda média *per capita*, em termos relativos, no período de 2000 a 2010. De 1991 a 2000 a diminuição da diferença existente entre o Nordeste e o Sudeste e entre o Nordeste e a renda média brasileira foi pouco significativa, nesse período, diminui apenas 12% e 4%, respectivamente, essa diferença. Já no período de 2000 a 2010, a diminuição desse hiato foi bastante significativa, dessa forma, a diferença de renda entre as regiões Nordeste e o Sudeste diminui expressivos 45%, enquanto em relação a média brasileira diminui 25%, uma diminuição significativa, ainda mais se considerarmos que anteriormente, na década anterior, 1991 a 2000, foi de apenas 4% a redução.

Este crescimento da renda média *per capita* ocorreu em função do acentuado crescimento da renda das classes D e E no Brasil de forma geral. Como parte significativa da população do Nordeste estava neste segmento, o impacto foi maior nesta região. Mas não foi o dinamismo da economia local o maior responsável por este aumento. Foi o aumento real do salário mínimo nos últimos anos e suas consequências para a maioria dos aposentados, a redução do desemprego e os programas de transferência de renda do governo federal.

Como podemos verificar na Tabela 2, o Nordeste e o Norte do país, tiveram um expressivo aumento na renda média *per capita* de 1991 à 2010, principalmente, na última década. Contudo, não podemos deixar de apontar que as diferenças ainda são

grandes entre o Norte-Nordeste do país e o Sudeste-Sul. Enquanto o Sul, Centro-Oeste e o Sudeste do país têm uma renda *per capita* média que ultrapassa a média nacional, todas essas regiões com renda média *per capita* que ultrapassam R\$ 900,00; o Nordeste e a região Norte do Brasil possuem rendas médias que não chegam a R\$ 500,00.

Apesar de a renda média ter aumentado significativamente em todas as regiões brasileiras, principalmente na região Norte e Nordeste, as diferenças regionais ainda persistem. E essas discrepâncias, em termos de renda, refletem na qualidade de vida da população residente nessas regiões.

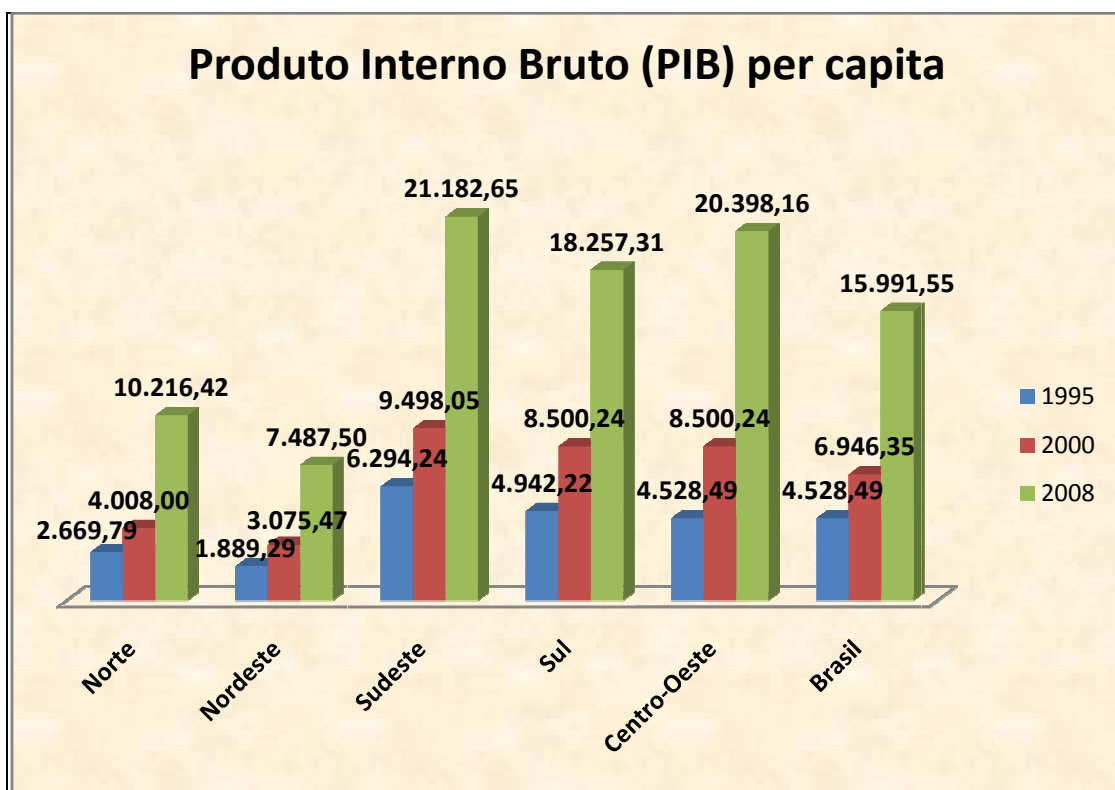
Apesar de a renda *per capita* ser um indicador impermeável em relação às desigualdades sociais, ela ilustra significativamente as diferenças econômicas entre as macrorregiões brasileiras. O lento crescimento econômico da região Norte e Nordeste aponta um problema histórico. Estas grandes regiões não conseguiram acompanhar o crescimento econômico das regiões mais dinâmicas economicamente.

4.4. Produto Interno Bruto (PIB)

O Gráfico 1 ilustra muito bem as discrepâncias regionais no Brasil. O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do Sul, Sudeste e Centro-Oeste desde 1995 supera a média nacional, e o PIB do Norte e Nordeste fica aquém da média nacional. Não obstante, principalmente no período de 2000 à 2008 houve um aumento considerável do PIB em todas as regiões brasileiras.

O PIB mais expressivo dentre todas as regiões, em 2008, se encontrava na região Sudeste, R\$ 21.182,67, seguida do Centro-Oeste e do Sul do país, 20.372,09 e 18.257,78, respectivamente. Em contrapartida, o Norte e o Nordeste possuíam neste ano, os menores PIB, respectivamente, R\$ 10.216,48 e R\$ 7.487,55, muito abaixo da média nacional de R\$ 15.991,55.

GRÁFICO 1



Fonte: DataSus: IBGE, Contas Regionais
Elaboração própria

A partir do Gráfico 1, podemos vislumbrar então, que apesar dos investimentos no Norte e no Nordeste do país, principalmente, o crescimento do PIB *per capita* nessas regiões não foi superior as demais regiões. As regiões Norte e Nordeste cresceram no mesmo ritmo que todas as outras, persistindo nessas regiões os menores PIB *per capita* de todo o Brasil. A desconcentração dos investimentos secularmente plantados na região Sudeste e em especial no estado de São Paulo é um processo muito lento.

4.5. Desemprego

A Tabela 3 apresenta, nos anos de 2000 e 2010, as taxas de desemprego observadas nas macrorregiões brasileiras nas últimas duas décadas. Podemos observar, de maneira geral, que no ano 2000 a taxa de desemprego era bastante elevada em todas as regiões, já no ano de 2010 a taxa diminuiu consideravelmente.

No ano 2000 foi verificada uma alta taxa de desemprego que atingiu todas as regiões brasileiras. Nesse contexto, as regiões Norte, Nordeste e Sudeste apresentavam taxas semelhantes, em torno de 15%, as quais superavam, inclusive, a média nacional de 14,7%. No Centro-Oeste e no Sul de Minas se encontravam as menores taxas, 13% e 11,4%, respectivamente, ainda assim muito altas.

Já no ano 2010 a taxa de desemprego diminuiu de forma significativa nas macrorregiões do país, porém, em regiões como o Nordeste e o Norte, neste ano, se verificou as maiores taxas de desemprego do Brasil, 9,6% e 8,5%, respectivamente. Todavia, a região Sudeste também apresentou, em 2010, uma taxa relativamente alta de desemprego, 7,3%. Essas três regiões, Nordeste, Norte e Sudeste, apresentaram taxas superiores a taxa de desemprego tida como ideal, que é por volta de 6% aproximadamente.

Dessa forma, a única região que, em 2010 estava com a taxa de desemprego “ideal” era o Centro-Oeste brasileiro. Por outro lado, o Sul do país tinha uma taxa abaixo da considerada “ideal”, a taxa de desemprego de 4,5% nessa região, segundo especialistas, também não é desejada.

TABELA 3
Taxa de desemprego*

Macrorregião	2000	2010
Nordeste	15,5%	9,6%
Norte	14,5%	8,5%
Sudeste	15,7%	7,3%
Centro-Oeste	13,0%	6,3%
Sul	11,4%	4,5%
Brasil	14,7%	7,4%

Fonte: DataSus, IBGE – Censo demográficos

*Percentual da população de 16 anos e mais, economicamente ativa, desocupada.

A partir da Tabela 3, podemos entrever que apesar de, em 2010, a taxa de desemprego do Norte e Nordeste serem as mais altas dentre as regiões brasileiras, é inegável o decréscimo no percentual de desempregados que se verificou nessas regiões. A taxa de desemprego no Nordeste que, em 2000, era de 15,5%, em 2010 reduziu para 9,6%, e a do Norte que era 14,5% em 2000 passou para 8,5% em 2010.

O desemprego também ainda apresenta grande disparidade regional no Brasil. A população tende a acompanhar a oferta de emprego os quais são criados a partir dos investimentos privados e públicos. A migração nordestina reduziu significativamente nos últimos anos, mas a competição com os empregos gerados no Sul-Sudeste ainda é insuficiente para mantê-los na região.

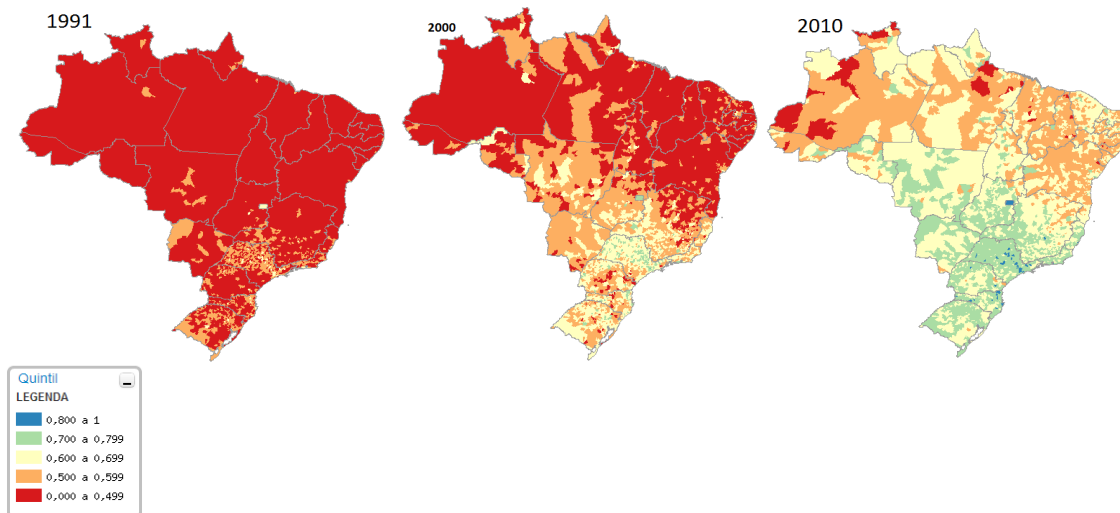
4.6. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

O Desenvolvimento Humano tem como premissa básica aferir o avanço na qualidade de vida da população considerando também aspectos sociais, além dos aspectos estritamente econômicos. Neste sentido, são consideradas três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, saúde (expectativa de vida da população) e educação (média de anos de estudos). Esse conceito é a base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) . O IDH vai de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (pleno desenvolvimento humano).

Dessa forma, na Figura 2 identificamos que, em 2010, os IDH menos significativos do Brasil se encontravam em sua maioria nos municípios das macrorregiões Norte e Nordeste, onde a maioria não ultrapassavam 0,599, portanto, estão na escala de baixo IDH.

Ao analisamos a evolução do IDHM, de 1991 a 2010 podemos notar uma mudança significativa ocorrida no Brasil. Dessa forma, em 1991, praticamente todos os municípios possuíam IDH muito baixo, esse fato era recorrente em todas as macrorregiões brasileiras, com exceção do Estado de São Paulo e do Rio Grande do Sul, mas, também nestes estados grande parte dos municípios possuíam IDH baixo. Em 2000, esta realidade começou a mudar, porém, grande parte dos IDH municipais ainda eram considerados médios, segundo classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

FIGURA 2
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – 1991-2010



Fonte: www.pnud.org.br

A grande mudança ocorreu no ano de 2010, onde um elevado número de municípios passou para a escala de IDH alto, ocorrendo também uma redução considerável de municípios com IDH muito baixo.

Vários fatores contribuíram para o aumento do IDH no cenário brasileiro, dentre eles, destacamos o investimento em saneamento básico, mais acesso aos serviços de atendimento à saúde, mais investimentos em educação e o aumento da renda média dos trabalhadores mais pobres.

Outro ponto que nos chama atenção ao observar a Figura 2 é a diferença alarmante do IDH dos municípios do Norte de Minas Gerais quando comparados aos demais municípios da própria região Sudeste e da região Sul e Centro-Oeste do país. A maioria dos municípios Norte Mineiros possuía, em 2010, IDH entre 0,500 e 0,699, considerado baixo e médio IDH, destoando bastante da maioria dos municípios das regiões citadas, onde grande parte possuem IDH superior a 0,700, considerado alto desenvolvimento humano.

É importante destacar que os três mapas contidos na Figura 2 permitem visualizar a espacialidade das assimetrias regionais que perduram desde 1991. Dessa forma, os mapas mostram que apesar do Índice de Desenvolvimento Humano ter

aumento em todas as regiões brasileiras o cenário regional continua o mesmo. As discrepâncias regionais no Brasil ainda persistem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As macrorregiões do Brasil se desenvolveram de forma distinta. As desigualdades regionais do Brasil são históricas e persistem de forma acentuada até os dias atuais. Internamente as desigualdades sociais também significativas em todas elas. Desde os anos cinquenta do século passado um conjunto de estudiosos clamam por uma distribuição dos recursos públicos e dos investimentos em geral de forma a romper com o círculo vicioso da pobreza no Norte-Nordeste.

Procuramos demonstrar neste trabalho algumas diferenças sociais e econômicas percebidas ao longo dos anos nas macrorregiões brasileiras, se houve redução ou ampliação das desigualdades regionais ao longo deste período, e ainda, quais as amplitudes destas diferenças, a partir de dados dos censos de 1991, 2000 e 2010.

Através dos dados selecionados sócias ficou evidente uma tendência de redução das desigualdades regionais, em contrapartida, parte dos dados econômicos mostra que apesar dessas diferenças econômicas regionais não terem se ampliado, elas também não tiveram redução importante, ou seja, continuaram praticamente estáveis.

A taxa de analfabetismo caiu consideravelmente em todas as regiões brasileiras de 1991 a 2000. Dentre todas as regiões, no Nordeste foi onde mais diminuiu a taxa de analfabetismo nestes anos, reduzindo, dessa forma, as diferenças regionais. Contudo as diferenças regionais ainda persistem.

Houve um aumento da esperança de vida ao nascer. A esperança de vida do Nordeste foi a que mais aumentou nos últimos anos, de 63 anos para 70 anos nas últimas décadas. Esses números refletem, de maneira geral, melhorias nas condições de vida da população de forma geral nestas últimas décadas. O aumento foi geral, em todas as regiões e com percentuais muito próximos, no final a diferença entre a maior e a menor esperança de vida entre as regiões caiu de sete para seis anos. Quanto à esperança de vida ao nascer não houve um resultado esperado a partir do enfoque regional.

Em relação a renda *per capita*, o hiato entre o Norte-Nordeste e Sul-Sudeste do país diminuiu, principalmente no período 2000 a 2010. Nesse contexto, a renda *per capita* média aumentou expressivamente em todas as regiões do Brasil, sobretudo na região Norte e Nordeste, entretanto, de 1991 a 2010 as diferenças regionais não deixaram de existir, com a renda mais baixa no Nordeste, seguido do Norte, depois o Sul, Centro-Oeste e por fim, o Sudeste com a renda mais alta dentre as regiões.

Quanto a taxa de desemprego todas as regiões presenciaram uma notável redução da taxa em 2010, inclusive as regiões historicamente menos desenvolvidas, o Norte e o Nordeste. E ainda, de 2000 a 2010, nessas regiões foi presenciado o maior decréscimo da taxa de desemprego.

Em linhas gerais, os investimentos realizados no Brasil na década de 2000 surtiram efeitos positivos nas cinco macrorregiões brasileiras, o Nordeste, por exemplo, em alguns aspectos tiveram uma evolução superior às demais regiões, mas em patamares ainda muito tímidos. Não podemos afirmar, a partir destes dados, que estamos em um novo ciclo de desconcentração do desenvolvimento no Brasil. Pode ser ainda cedo para aparecerem os efeitos de políticas regionais específicas em curso nestas regiões. É possível perceber através dos dados selecionados melhorias importantes na parte das condições de vida dependente de políticas públicas, como no caso da educação e da esperança de vida ao nascer. O aumento da renda ainda está muito atrelado às políticas nacionais de recuperação do poder de compra do salário mínimo e do Programa Bolsa Família. Tais políticas podem não se sustentarem por muito tempo. A transformação da estrutura econômica das regiões menos dinâmicas economicamente passa necessariamente por maiores investimentos privados e públicos, nesta ordem, no setor produtivo.

Uma certeza clara e evidente pode ser apreendida a partir dos dados sobre renda, analfabetismo, taxa de desemprego, renda *per capita* e esperança de vida ao nascer, estratificados por região, aqui apresentados. Ela consiste na confirmação da continuidade da concentração do desenvolvimento nas regiões Sudeste, Sul e agora também o Centro-Oeste, por outro lado, em detrimento das condições desfavoráveis de desenvolvimento nas regiões Norte e Nordeste.

6. REFERÊNCIAS

BACELAR, Tânia. **A “questão regional” e a “questão nordestina”**. TAVARES, Maria da Conceição (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CANO, Wilson. **Celso Furtado e a questão regional no Brasil**. TAVARES, Maria da Conceição (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des) ordem internacional**. 4. ed.ampl. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

DataSus. Informações de Saúde (TABNET). Demográficas e Socioeconômica. Disponível em: www.datasus.gov.br. Acesso: 15 jul. 2013.

DINIZ, Campolina Diniz. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil**. Belo Horizonte: Cedeplar/Face/UFMG, 2001. p. 2-19.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. **Seca e poder: entrevista com Celso Furtado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

IBGE, Censo Demográfico. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso: 13 jul. 2013

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2010. Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. Disponível em www.pnud.org.br. Acesso em: 01 ago. 2013.

VERSIANI, Flávio Rabelo; BARROS, José Roberto Mendonça de. *Formação Econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. São Paulo: SARAIVA, 1978.